

Coleção
Eduardo Espínola

LUIZA SILVA RODRIGUES

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO CPC/2015

2018

 **EDITORA**
*jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
 Tel: (71) 3045.9051
 • Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

E53 Embargos de divergência no CPC 2015 / Luiza Silva Rodrigues – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.
 384 p. (Eduardo Espínola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia
 ISBN 978-85-442-2324-6

1. Embargos. 2. Direito Processual. 3. Código de Processo Civil. 4. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Rodrigues, Luiza Silva. III. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

113 2227

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	-----------

PARTE I

TRIBUNAIS SUPERIORES NO DIREITO BRASILEIRO

CAPÍTULO 1

OS TRIBUNAIS SUPERIORES E A FUNÇÃO DE OUTORGA DE UNIDADE AO DIREITO	31
1.1. Tribunais superiores, influências estrangeiras e a ideia de “cortes superiores” e “cortes supremas”	33
1.2. O Supremo Tribunal Federal antes da Constituição Federal de 1988....	53
1.3. A Constituição Federal de 1988 e a criação do Superior Tribunal de Justiça.....	59
1.3.1. Alterações funcionais e estruturais	59
1.3.2. O Supremo Tribunal Federal e o <i>status</i> de Corte Constitucional	61
1.4. Função precípua do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal: univocidade interpretativa da legislação federal e constitucional.....	64

CAPÍTULO 2

CRISE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	69
2.1. Os recursos excepcionais e a sobrecarga dos tribunais superiores	69
2.2. A Emenda Constitucional n. 45/2004 e a “Reforma do Judiciário”	72
2.3. As ameaças sobre a função exercida pelos tribunais superiores e a disseminação de entendimentos jurisprudenciais dissonantes ...	86

PARTE II**DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL E MEIOS RECURSAIS DE
CONTENÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO****CAPÍTULO 3**

A DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL	91
3.1. Divergência como meio de provocar a evolução do direito	92
3.2. Divergência como ameaça à segurança jurídica	96
3.3. Divergências interna e externa	102
3.4. Meios recursais de contenção da divergência jurisprudencial no direito brasileiro	106

PARTE III**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015****CAPÍTULO 4**

NATUREZA JURÍDICA DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	125
--	------------

CAPÍTULO 5

ORIGENS DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO	137
5.1. Decreto-Lei n. 6 de 1937	142
5.2. Código de Processo Civil de 1939	142
5.3. Código de Processo Civil de 1973	146
5.4. Código de Processo Civil de 2015	153

CAPÍTULO 6

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	157
6.1. Requisitos intrínsecos	165
6.1.1. Cabimento	165
6.1.2. Legitimidade recursal	166
6.1.3. Interesse recursal	172
6.1.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer	176

6.2.	Requisitos extrínsecos	183
6.2.1.	Tempestividade.....	184
6.2.2.	Preparo	196
6.2.3.	Regularidade formal	201

CAPÍTULO 7

HIPÓTESES DE CABIMENTO209

7.1.	Acórdão recorrido que, em recurso extraordinário ou recurso especial, divergir de julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo ambos os acórdãos (recorrido e paradigma) de mérito	209
7.2.	Acórdão recorrido que, em recurso extraordinário ou recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia.....	215
7.3.	Acórdão recorrido proferido pelo mesmo órgão fracionário que julgou o acórdão paradigma, desde que tenha havido substancial alteração da composição	219
7.4.	Acórdão recorrido que, em agravo interno ou agravo em recurso especial ou extraordinário, julga recurso especial ou recurso extraordinário.....	223

CAPÍTULO 8

QUESTÕES POLÊMICAS E HIPÓTESES DE (DES)CABIMENTO231

8.1.	Acórdão recorrido que, em recurso extraordinário ou recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo ambos os acórdãos (recorrido e paradigma) relativos ao juízo de admissibilidade.....	232
8.2.	Acórdão recorrido proferido em processos de competência originária do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal	239
8.3.	Acórdão recorrido proveniente de julgamento de recurso ordinário.....	240

8.4.	Acórdão paradigma proveniente de órgão fracionário que não mais possui competência para julgar a questão	243
8.5.	Decisões da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e do Plenário do Supremo Tribunal Federal.....	245
8.6.	Acórdão proveniente de julgamento de recurso especial ou extraordinário repetitivo	247
8.7.	Decisão monocrática: nem como objeto de recurso nem como paradigma.....	251
8.8.	Interposição de embargos de divergência pela via adesiva.....	257
8.9.	Interposição conjunta de embargos de divergência e recurso extraordinário contra acórdão que julgou recurso especial	258

CAPÍTULO 9

A “DIVERGÊNCIA” QUE ENSEJA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO E SUAS CARACTERÍSTICAS	261
9.1. Divergência de cunho material ou processual.....	261
9.2. Necessária similitude fática entre o acórdão embargado e o acórdão paradigma.....	263
9.3. Contornos semânticos da “divergência atual”	265
9.4. Demonstração da divergência: cotejo analítico entre o acórdão embargado e o acórdão paradigma	268
9.5. Divergência notória e confronto de ementas	274
9.6. Aresto divergente proferido por unanimidade ou por maioria: a irrelevância da questão	276

CAPÍTULO 10

EFEITOS.....	279
10.1. Efeito obstativo	279
10.2. Efeito interruptivo.....	280
10.3. Efeito devolutivo.....	285
10.4. Efeito translativo.....	288
10.5. Efeito suspensivo	293
10.6. Efeito substitutivo.....	296
10.7. Efeito expansivo.....	297

CAPÍTULO 11**ASPECTOS ATINENTES AO PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

ASPECTOS ATINENTES AO PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	301
11.1. Distribuição do recurso e juízo prévio de admissibilidade.....	302
11.2. Pedido de tutela provisória recursal	307
11.3. Instauração do contraditório: intimação do embargado para apresentar contrarrazões	308
11.4. Competência para o julgamento do recurso	309
11.5. Julgamento do recurso de forma monocrática.....	312
11.6. Julgamento dos embargos de divergência pelo procedimento de recursos repetitivos: EREsp n. 1.403.532/SC.....	315
11.7. Sobrestamento dos embargos de divergência em razão de afetação ao rito de recursos repetitivos	322
11.8. Desistência dos embargos de divergência pelo recorrente e julgamento do direito em tese	324
11.9. Vedação ao reexame de fatos e provas.....	326
11.10. Apreciação de questões de ordem pública.....	327
11.11. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> e a fixação de tese não suscitada no recurso	330
11.12. Majoração dos honorários advocatícios no julgamento dos embargos de divergência.....	335
11.13. Características do acórdão que julga os embargos de divergência.....	337

CAPÍTULO 12**FORMAS DE INSURGÊNCIA CONTRA DECISÕES QUE JULGAM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**

FORMAS DE INSURGÊNCIA CONTRA DECISÕES QUE JULGAM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	341
12.1. Embargos de declaração	341
12.2. Agravo interno.....	344
12.3. Recurso extraordinário.....	346

REFERÊNCIAS	347
-------------------	-----